

Evidencialidade no discurso dos *media*

Ana Martins

Centro de Linguística da Universidade do Porto
FCT

1. Dos meados dos anos 80 até esta parte, assistiu-se a um interesse cada vez maior pelo estudo da categoria nocional da evidencialidade, que, afinal, remonta a Jakobson ([1957] 1963). *Evidencial* ou *testemunhal*, no estudo de Jakobson sobre as formas verbais, respeita às marcas, no enunciado, do tipo de conhecimento ou fonte da informação veiculada numa asserção.

Em muitas línguas, como o albanês, o búlgaro, o arménio ocidental, o macedónio, o persa, o nepalês, o turco, o tadjik, etc., constata-se a existência de processos gramaticais destinados exclusivamente a especificar o tipo de informação, prova ou dados de que o falante dispõe para dizer o que diz.

O tipo de conhecimento que o locutor tem sobre um ser ou uma entidade, e consequentemente o grau de validade/efectividade do estado de coisas construído, está gramaticalmente marcado no enunciado. Então, estas línguas estão dotadas de sistemas morfossintácticos que obrigam o locutor especificar o modo de acesso às informações que asseire.

Por exemplo, no tuyuca (língua ameríndia) o verbo principal tem na sua composição mínima a raiz e um morfema evidencial. O evidencial tem uma posição similar ao morfema de tempo, modo e aspecto, nas línguas europeias mais conhecidas.

A oposição de base, no que toca aos evidenciais, diz respeito à indicação sobre se a informação que o locutor transmite foi ou não foi obtida no seguimento de uma experiência directa/pessoal da realidade;

A evidencialidade delinea-se, então, como uma categoria construída sobre a oposição testemunhal ó não testemunhal; prova directa (atestada) ó prova indirecta (citativa ou inferencial). Implica, desta maneira, mecanismos de percepção e de raciocínio, além de que se inscreve numa dimensão comunicativa/interaccional dos produtos verbais: o locutor assume isto: *é necessário indicar ao meu interlocutor quais são as fontes do meu conhecimento*.

Este interesse crescente pela noção de *evidencialidade* tem marcos teóricos, que muito rapidamente destaco:

(i) o volume de artigos organizado por Guéntchéva 1996;

(ii) o número 33 do *Journal of Pragmatics*, organizado por Dendale e Tasmowsky (2001).

(iii) É um marco também a obra de Aikhenvald (2004), pois constitui um estudo que abrange um elevado número de línguas (500) e que procura uma descrição integrada.

1.1. A seguir, a questão foi saber de que maneira estes estudos podem afectar a descrição de línguas que não têm evidenciais, que não têm morfemas com a função exclusiva de marcar o tipo de justificação/fundamentação que o falante tem para fazer uma asserção ó que é o caso das línguas mais conhecidas.

Há desde logo a assunção geral de que todas as línguas disponibilizam meios que permitem ao locutor indicar se a informação que ele transmite foi ou não foi obtida no seguimento de uma experiência pessoal. Esta assunção é sustentada à luz dos

contributos dos estudos tipológicos: os sistemas gramaticais das línguas podem ser comparados porque as categorias gramaticais têm necessariamente algo em comum, que é um conteúdo semântico partilhado.

Serve, então, de pano de fundo a esta assunção a noção de espaço semântico, de mapa semântico ou de Espaço Gramatical Universal, trabalhada por Dahl 1985 e Bybee et al., 1994. Passa-se então a falar de domínio semântico da evidencialidade. É neste contexto que surgem os trabalhos sobre a evidencialidade nas línguas românicas: com Dendale (1997) e Kronning (2002) sobre o condicional francês, com Ramat e Topadze (2007), sobre o italiano - e também para o inglês, por exemplo, com Bednarek (2006).

Para o português temos o estudo de Oliveira (2000) sobre o condicional e o futuro, justamente no âmbito do texto jornalístico, que faz uma descrição do condicional, em paralelo com o futuro composto no quadro da teoria da enunciação de Culioli, para justificar o valor de desresponsabilização associada à operação de ruptura enunciativa entre o sujeito enunciador e o sujeito mediatizado.

Há a referir também, neste quadro, Campos (2001) e a investigação aí mencionada sobre as formas evidenciais *parece que* e *parece-me que*.

Importa notar que quer Campos quer Oliveira não usam o termo *evidencialidade*, mas sim *mediatização* e *mediativo*, com base na tradução proposta por Guéntchéva. Guéntchéva argumenta que a tradução francesa de *evidencial* é um *false friend* do inglês. No entanto, o termo proposto - *mediativo* -, em Guéntchéva, abrange apenas a evidencialidade indirecta. Por isso, optei pelo termo evidencialidade.

No português europeu, os recursos da evidencialidade podem ser meios lexicais:

- advérbios de frase: *aparentemente*, *alegadamente*, *seguramente*, *manifestamente*, *presumivelmente*;

- outros advérbios: *talvez*, *quicá*;

- construções lexico-sintácticas: *diz-se que*, *parece que*.

Os morfemas verbais, para além dos valores de tempo, modo aspecto podem cumulativamente veicular informação evidencial:

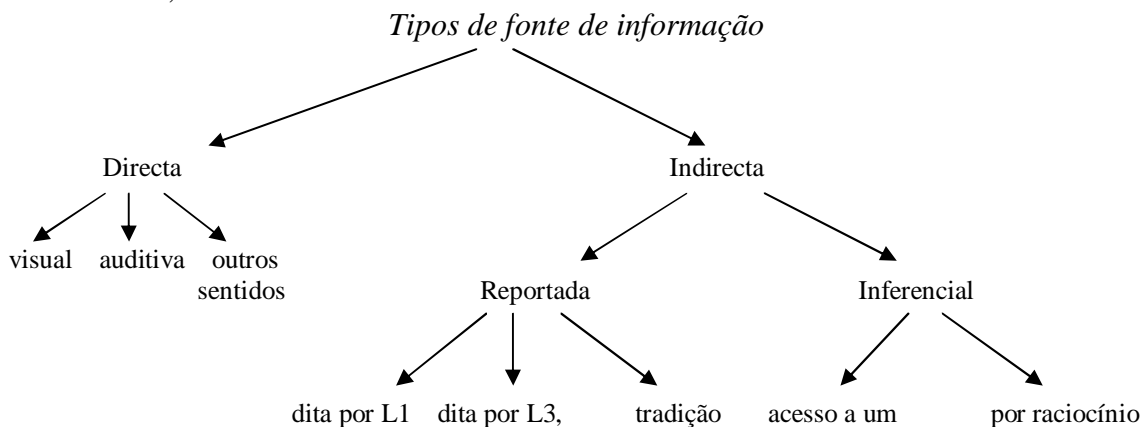
- o imperfeito

- o condicional

- o futuro perfeito.

1.2. Para enquadrar a análise que vou fazer preciso de apresentar muito rapidamente as taxinomias de evidenciais mais conhecidas.

A de Willett, 1988:



E a de Plungian (2001):

Evidência directa	Evidência indirecta	
	Evidência através de raciocínio (inferencial)	Evidência mediada (citativa)
Evidência pessoal		Evidência através de outro

Nas línguas europeias a evidencialidade marcada é a evidencialidade indirecta, que, no discurso ó e no discurso de imprensa em particular ó , entra em oposição com as sequências neutras, não marcadas. Isto não quer dizer que a evidencialidade não marcada corresponda à evidencialidade directa. Quer dizer, sim, que o locutor se abstém de garantir a fiabilidade do conteúdo da asserção ó facto ditado pelas leis da comunicação interpessoal e pelas máximas de Grice.

Então, falamos de evidencialidade indirecta quando o falante não percepcionou P e está separado de P no espaço e no tempo. No entanto, o falante tem acesso a outros tipos de informação sobre P. Considerem-se as possibilidades:

>> o falante observou outra situação que interpreta como apontando para P (valor inferencial);

>> o falante obtém a informação através de outras pessoas (valor citativo), seja por uma modalidade não formal de discurso relatado (isto é, por via de um Loc2, conhecido ou conhecível), seja através de uma informação de acesso geral (ou seja, por via de um locutor anónimo ou não definido).

Assim, o evidencial substitui-se à introdução de discurso relatado:

«O Zé terá feito isto» = «Ouvi dizer que/Alguém me disse/ O Manel disse-me que o Zé fez isto».

1.3. Termino esta primeira parte da minha exposição retomando o apuramento da noção de *evidencialidade* para a definir negativamente. Vale a pena pensar naquilo que a evidencialidade não é.

a) A evidencialidade não se confunde com valores estilísticos ou pragmáticos. Speas (2004) apresenta argumentos válidos nesse sentido, que a seguir sintetizo. Não há nenhuma razão óbvia de ordem conceptual ou pragmática para explicar porque é que a inferência indirecta é universalmente saliente e a informação obtida, por exemplo, por, aconselhamento não o seja. Do mesmo modo: não há nenhuma razão para que a informação obtida por se ter ouvido dizer X seja saliente em todas as línguas, mas a informação por pressentimento, por exemplo, já não o seja. De facto, a sustentação do dito pode ser classificada num número quase infinito de categorias e no entanto só 3 categorias desse potencial infinito são captáveis em paradigmas evidenciais. Isto prova que a evidencialidade é um sistema restrito e não a expressão de valores pragmaticamente relevantes numa particular e original situação comunicativa.

b) A evidencialidade não é uma subcategoria da modalidade epistémica.

Plungian (2001) assinala que se é verdade que em muitos usos os valores evidenciais e modais se sobrepõem, também é verdade que nem todos os marcadores evidenciais implicam um julgamento epistémico. O que há é uma decorrência lógica, na medida em que o grau de fiabilidade da informação veiculada depende do modo como ela é obtida. De Haan (1999 e 2001) procura a fronteira entre um e outro domínio. Desde logo, através de uma distinção semântica: a evidencialidade diz respeito à codificação da fonte da informação; a modalidade epistémica diz respeito à codificação do grau de envolvimento do falante em relação à efectividade do estado de coisas descrito.

Mas para além desta distinção semântica, De Haan detectou nas línguas da Europa e da Ásia diferentes comportamentos dos evidenciais face aos marcadores epistémicos, por exemplo, em relação à negação e à activação de implicaturas conversacionais.

2. É justamente por aqui que inicio a segunda parte desta exposição: pela constatação da sobreposição, mas também pela constatação da necessidade de dissociar *valor evidencial* ó *valor epistémico* em segmentos colhidos da imprensa.

Começemos pela constatação da cumulação *modalidade epistémica* ó *evidencialidade indirecta*.

(1)

Portugueses sequestrados podem ter sido localizados entre Táchira e Barinas - Público (22.08.2007)

Não sendo os autores do sequestro membros de grupos subversivos colombianos, "podem ser ex-guerrilheiros que conhecem esta difícil zona andina na perfeição.

As autoridades terão apertado o cerco aos sequestradores dos quatro luso-venezuelanos desaparecidos no estado de Táchira, na Venezuela.

O futuro perfeito é contíguo ao verbo modal, portanto dá-se a informação como contestável; concomitantemente, transmite-se a não responsabilizaçãodo locutor pelo que é afirmado. Mas o valor de evidência indirecta citativa é também apurável pela presença da forma elíptica de discurso relatado (no recurso às aspas): veja-se que a acção ãapertar o cercoö é antecedente ao apuramento da hipótese öterem sido ex-guerrilheiros e realizar o sequestroö e pertence ao mesmo frame narrativo.

(2)

BPN: EDP terá ficado a dever entre 780 e 870 mil euros à SLN pelo negócio REDAL

Lisboa, 26 Mai 2009 (Lusa) - O ex-presidente da SLN e do BPN, José Oliveira e Costa, afirmou hoje que a EDP ficou a dever entre 780 mil euros e 870 mil euros à SLN pela venda da concessão marroquina REDAL, desconhecendo se a eléctrica portuguesa pagou ou não.

Pela leitura do *lead* vemos que o futuro perfeito, no título, corresponde a uma forma substituta de discurso relatado: no *lead* temos como correspondente/em equivalência funcional do título a introdução explícita de discurso indirecto e pretérito perfeito. Concomitantemente, a situação descrita é dada como não validada.

(3)

Gripe das aves: maioria dos portugueses já terá declarado aves domésticas -

Público (11/05/2006)

O director-geral de Veterinária, Agrela Pinheiro, mostrou-se hoje convencido de que "a grande maioria das explorações" de aves domésticas de Portugal já estão declaradas, a dez dias do fim do prazo estipulado para o efeito.

Está pressuposto que o discurso original do Lco2 é já modalmente marcado: assistimos à amálgama de valor modal epistémico e valor evidencial citativo:

(i) Segundo o director geral de Veterinária, a maioria dos portugueses já declarou aves domésticas.

(ii) Segundo o director geral de Veterinária, a maioria dos portugueses já terá declarado aves domésticas.

A diferença entre (i) e (ii) está apenas no valor de incerteza de P, dado que o valor evidencial da informação já está explicitado ó na indicação directa da fonte. O Loc2 deve ter chegado a P apenas por inferência e concomitantemente dá a acção como incerta.

Estes foram 3 exemplos em que o valor evidencial e o epistémico, por diferentes razões e com diferentes pesos, se sobrepõem ou são cumulativos. Vamos ver agora exemplos mediante os quais se confirma que é possível traçar uma delimitação clara.

Note-se, antes de mais, que não há nada do ponto de vista lógico que impeça o locutor de assumir e de dar como certa uma informação que provém de outro, e portanto, de assumir uma informação que é obtida por evidência indirecta ó veja-se o exemplo seguinte:

(4)

Ex-líder do Quénia terá desviado milhões - Público (01.09.2007)

A dimensão da corrupção a que se tem entregue a família do antigo Presidente queniano, Daniel Arap Moi, que em 1981 e 1982 chegou a estar inclusive à frente da Organização de Unidade Africana (OUA), foi ontem exposta num relatório a que o jornal britânico Guardian teve acesso:(...)

A acção desviar milhões, logo que é co-referenciada na nominalização ãa dimensão da corrupção passa a apresentar-se como uma situação validada.

No exemplo seguinte, similar, a acção captada no futuro perfeito ocorre num contexto factivo.

(4-a)

Houve confrontação e um disparo de aviso do comandante da patrulha, o que originou uma tentativa de retirar ao alferes a arma que tinha na mão, que [o alferes] ao cair terá efectuado dois disparos, tendo um deles atingido de raspão um dos intervenientes " (CETEMPúblico)

O locutor dá como certa a ocorrência de disparos, dado que são declaradas neutralmente as consequências desse evento (ou de uma porção desse evento complexo, o evento de disparar duas vezes).

Nos dois exemplos que apresento a seguir, o valor modal epistémico é isolável:

(5)

Coreia do Norte terá efectuado um segundo teste nuclear

RTP - Internacional (11/10/2006)

O locutor apresenta a situação como incerta em si mesma. A efectividade de P não pode ser assegurada nem pelo Lo. nem por ninguém em T0. Dendale (1992) propõe para o apuramento do valor modal depurado de evidencialidade o acrescentamento ou a incisa «mas ninguém tem a certeza». Teríamos então: «Coreia do Norte terá efectuado um segundo teste nuclear, mas ninguém tem a certeza».

O mesmo acontece no exemplo seguinte.

(5-a)

Este é o tufão mais poderoso a atingir as Filipinas na última década e as autoridades pensam que pelo menos meio milhão de pessoas terá ficado sem casa e que o número de vítimas mortais vai continuara aumentar (CETEMPúblico)

O escopo da afectação de incerteza está no número avançado.

Voltemos agora a olhar para o valor evidencial ou a ãinformação por empréstimo: aquilo que é predominante no discurso dos *media* é, sem dúvida, a evidência citativa: Loc1 diz X em que X corresponde a uma elocução de outrem (sem estar em formato de discurso relatado), e esse outrem é o Loc 2 (identificável ou anónimo), que assere P.

Isto porque, no género jornalístico ó fundado em aspectos da ordem da referencialidade, verdade, fidelidade e responsabilidade ó a evidencialidade por inferência, enquanto evidência pessoal que é, é estilisticamente condenável:

(6)

Guantanamo: Palau aceita 13 uigures e renegoceia acordo-chave com os Estados Unidos

Koror, 15 Jun (Lusa, 15/06/09) - A decisão de Palau de acolher 13 detidos de Guantanamo é um gesto humanitário de um país que se orgulha de receber bem os condenados da sociedade mas também parece ser um assunto de dinheiro.

A evidência inferencial em õpareceõ provoca um abaixamento do valor de noticiabilidade do texto.

O futuro perfeito transporta evidencialidade inferencial, pelo menos, quando conjuga verbos psicológicos e epistémicos ou õverbos de acção internaõ:

(7)

França: Chirac terá pensado em substituir Villepin - Rádio Renascença (07/05/2006)

O Presidente francês, Jacques Chirac, terá pedido sexta-feira ao ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, para pensar em substituir (a) Dominique de Villepin na chefia do Governo.

Há uma acção já mediada ó õChirac pedir a X para pensar Yõ ó que é interpretada/inferida como õChirac pensa Yõ.

Conclusão:

O discurso evidencialmente neutro é o discurso, por excelência, da notícia. A gestão das marcas de evidencialidade no texto é um indicador do seu grau de noticiabilidade.

Referências

Aikhenvald, A. Y. (2004) *Evidentiality*, Oxford, Oxford University Press.

Bednarek, M. 2006 'Epistemological positioning and evidentiality in English news discourse: A text-driven approach', *Text & Talk. An Interdisciplinary Journal of Language, Discourse and Communication Studies*, 26,6:635-660.

Bybee et al. (1994) *The evolution of grammar : Tense, aspect and modality in the languages of the world*, Chicago, IL, University of Chicago Press.

Campos, M. H. C. (2001) 'Enunciação mediatizada e operações cognitivas'. In A. S. S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga, APL, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia de Braga: 325-340.

Dahl, Ö. (1985) *Tense and Aspect Systems*, Oxford, Blackwell.

De Haan, Ferdinand (1999) 'Evidentiality and epistemic modality: Setting the boundaries'. *Southwest Journal of Linguistics* 18 :83-101.

ô ô ô (2001) 'The relation between modality and evidentiality'. In R. Müller; M.Reis (eds.) *Modalität und Modalverben im Deutschen*, Linguistische Berichte - Sonderheft , Buske, Hamburg: 201-216.

Dendale, P. ; Tasmowsky, L. (2001) 'Introduction: evidentiality and related notions', *Journal of Pragmatics* 33 :339-348.

Dendale, Patrick (1993) 'Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur evidential?', *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Zurich 1992, I, Tübingen, A. Francke Verlag : 163-176.

Guentchéva, Z. (1995) 'L'annonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs'. In J. Bouscaren et alii (eds.) *Langues et langage : problèmes et raisonnement en linguistique*, Paris, PUF: 301-315.

ô ô ô (1996) 'Introduction'. In Z. Guentchéva (org.) *L'Énonciation Médiatisée*, Louvain-Paris, Éditions Peeters : 11-18.

Jakobson ([1957] 1963) 'Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe'. In *Essais de Linguistique Générale I*, Paris, Les Éditions de Minuit :176-196.

Kronning, H. (2002) 'Le conditionnel «journalistique»: médiation et modalisation épistémique », *Romansk Forum*, 16,2 :561-575.

Neves, J. B., Oliveira, T. (2003) 'Estratégias linguísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas'. In L. Ruiz Miyares; C.E. Álvarez Moreno; M.R. Álvarez Silva (eds.), *Actas del VIII Simposio Internacional de Comunicación Social (Santiago de Cuba, 2003)*, Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, II: 823-827.

Oliveira, T. (2001) 'O futuro e o condicional como marcadores de mediativo'. In C.N. Correia, A. Gonçalves (eds.), *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)*, Lisboa: APL/Colibri: 403-414.

Plungian, V. A. (2001) 'The place of evidentiality within the universal grammatical space', *Journal of Pragmatics* 33 :349-357.

Ramat, A. G. ; Topadze, M. (2007) 'The coding of evidentiality: a comparative look at Georgian and Italian', *Rivista di Linguistica*, 19, 1:7-38.

Speas, M. (2004) "Evidentiality, Logophoricity and the Syntactic Representation of Pragmatic Features" *Lingua* 114:255-276.

Willett, T. (1988) "A Cross-linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality", *Studies in Language* 12, 1:51-97.